

CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – FAPECE, autorizada através da Portaria MPAS nº 3.619 de 20 de Dezembro de 1985, obedecendo às normas expedidas através da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC e às Resoluções específicas do Banco Central, é uma pessoa jurídica de fins não lucrativos que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários dos empregados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE. A EMATERCE, na qualidade de patrocinadora contribui com quantia igual às contribuições vertidas pelos participantes do plano de benefícios, suficiente para assegurar a cobertura do plano de custeio, atuarialmente calculado.

A FAPECE é uma entidade multipatrocinada que administra um único plano de benefícios, denominado Plano de Benefícios Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, da então Secretaria de Previdência Complementar - SPC, sob o nº 1985.0014-38. Patrocinada pela EMATERCE em conjunto com a própria FAPECE.

O plano de complementação adotado pela Fundação considera não somente as provisões matemáticas correspondentes ao valor atual dos benefícios concedidos e os benefícios correspondentes a direitos adquiridos pelos participantes, embora não formalmente requerido, mas também dos benefícios a conceder aos participantes que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões complementares.

As atividades da Entidade são regidas de acordo com as Leis Complementares nº 108 e nº109, ambas de 29/05/2001, e demais normativos legais, relativos às entidades fechadas de previdência complementar. Por subordinação, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC, às resoluções específicas do Banco Central do Brasil - BACEN, aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como aos normativos pertinentes expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Receita Federal do Brasil - RFB.

A FAPECE não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

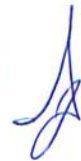
A FAPECE possuía em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as seguintes quantidades participantes:

PARTICIPANTES	QUANTIDADE	
	31/12/2016	31/12/2015
Ativos	235	240
Assistidos	127	127
Pensionistas	68	68
Total	430	435

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Entidade e foram apresentadas em conformidade as Normas Brasileiras de Contabilidade e as Normas Contábeis elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC no 29/2009, da Instrução MPS/SPC no 34/2009, alterada pelas Instruções PREVIC nos 01/2011, 05/2011, 06/2013, 15/2014, 21/2015 e 25/2015, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC no 08/2011, alterada pelas Resoluções CNPC nos 12/2013, 16/2014 e 20/2015 e da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.272/2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001, com as alterações da Resolução CFC no 1.329/2011.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazos, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos - observadas as gestões previdencial, e administrativa e o fluxo dos investimentos - proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com a NBC TG 26(R4), aprovada pela Resolução nº 2016/NBCTG26(R4) do Conselho Federal de Contabilidade.



De acordo com as normas específicas são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração do Ativo Líquido – DAL, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) e a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A planificação contábil padrão ora praticada, objetiva atender aos aspectos patrimoniais do Plano de Benefícios, segregando os diversos recursos existentes de forma distinta e consistente, visando demonstrar com transparência a apuração dos resultados.

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/ Variações Negativas

As adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com as pensões de dependentes.

Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

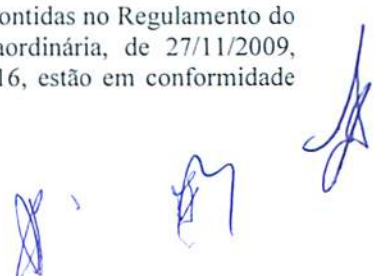
A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração se utilize de estimativas para o registro de determinadas transações, que afetam o ativo e passivo, receitas e despesas da Entidade. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. A FAPECE revisa as estimativas periodicamente. As principais estimativas referem-se ao cálculo de provisão para crédito de liquidação duvidosa correspondente a carteira de empréstimo a participantes, provisão para contingências avaliadas pelos assessores jurídicos da Entidade e as provisões matemáticas.

d) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio compartilhado com o plano de benefícios previdenciais.

As receitas administrativas da FAPECE são debitadas ao Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da FAPECE na 22ª Reunião Extraordinária, de 27/11/2009, posteriormente alterado, conforme Ata da 56ª Reunião Extraordinária, de 27/07/2016, estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.



c) Realizável

- Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

- Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- Fluxo dos Investimentos

Em atendimento à Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução da CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem freqüentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos na rubrica "Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial".
- Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

f) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

4. ATIVO

4.1 Disponível

Nessa conta são registradas as disponibilidades existentes em caixa e em contas correntes mantidas no banco do Brasil, Itaú e no Bradesco.

DESCRIÇÃO	Valores em R\$ Mil	
	2016	2015
Banco do Brasil conta nº 4747-3	0	1
Bradesco conta nº 10868-5	127	256
Banco Itaú conta nº 79815-2	2	2
Bradesco conta nº 12.320-0 – PGA	1	1
Banco Itaú conta nº 16.251-8 Ag. 8279	3	3
TOTAL	133	263





4.2. Realizável da Gestão Previdencial

4.2.1 Recursos a Receber

4.2.1.1. Contribuições do Mês e Sobre 13º Salário

São contribuições do plano de benefício a receber de autopatrocinados devidas até o mês de dezembro edécimo terceiro salário de 2016. Incluindo valores a receber de assistidos por ocasião do pagamento de diferenças de benefícios apurados em processo de revisão realizada em 2009, ainda não totalmente liquidadas, as quais estão devidamente provisionadas, apresentando um saldo em 31/12/2016 de R\$ 3mil.

DESCRIÇÃO	Valores em R\$ Mil	
	2016	2015
Contribuições do Mês	1	5
Contribuições Sobre 13º Salário	2	2
TOTAL	3	7

4.2.1.2. Contribuições Contratadas

Em 30 de Dezembro de 2003, foi celebrado termo de acordo de parcelamento de dívida referente a contribuições em atraso, relativo ao período de Janeiro/1986 à Dezembro/2003, entre a patrocinadora Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce e a Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – Fapece, com interveniência do Governo do Estado do Ceará, no valor de R\$ 40.028 Mil, cuja composição está abaixo discriminada.

4.2.1.2.1. Prazo e Forma de Pagamento

O montante da dívida será paga pela Ematerce em 240 (Duzentos e quarenta) prestações mensais consecutivas no valor de R\$ 90 Mil, e 10 (Dez) parcelas especiais a serem pagas a cada 2 (dois) anos, a contar a partir da data de assinatura do contrato, no valor unitário de R\$ 4.964 Mil, definidas pelo Sistema Price.

4.2.1.2.2. Remuneração

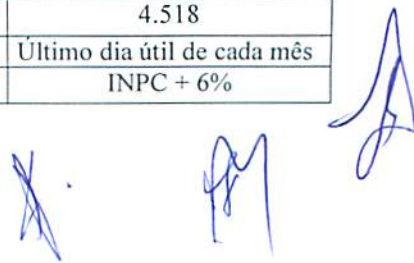
As prestações mensais e as parcelas especiais devidas pela Patrocinadora à Fapece serão atualizadas, mês a mês, monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE ou, no caso de extinção deste, por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

4.2.1.2.3. Garantias

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce apresentou como garantias, suas contas correntes junto ao Sistema Bancário.

4.2.1.2.4. Composição da Dívida

CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	Valores em R\$ Mil	
	2016	2015 Reapresentado
Valor do Contrato	40.028	40.028
Saldo Devedor Atual	50.169	50.169
Prazo de Amortização Pactuado	240 meses	240 meses
Prazo de Amortização Restante	83 meses	95 meses
Valor das Parcelas	9.629	4.518
Data de Vencimento	Último dia útil de cada mês	Último dia útil de cada mês
Atualização Pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%



4.3. Realizável da Gestão Administrativa

Registra os valores a realizar decorrentes de operações do Plano de Gestão Administrativa, conforme definido no seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da FAPECE.

Valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2016	2015
Despesas Antecipadas	4	4
Outros Realizáveis	0	43
Total	4	47

Despesas Antecipadas, são valores pagos antecipadamente a serem apropriados no período em que forem incorridas as despesas, com vales transporte, prêmios de seguro e programa de alimentação do trabalhador.

Outros Realizáveis são valores a serem repassados ao Plano de Gestão Administrativa pelo Plano de Benefício Definido, referente ao custeio de administração dos investimentos.

4.4. Investimentos

4.4.1. Fundos de Investimento

4.4.1.1. Renda Fixa

Esse segmento constitui em aplicações em fundos de renda fixa, sendo um exclusivo e um em condomínio (aberto) conforme detalhado na Nota 4.4.4.

Os fundos de renda fixa estão registrados pelos respectivos valores de mercado de suas cotas informados em relatórios expedidos pelo agente custodiante contratado pela entidade (Banco Itaú S.A.).

4.4.1.2. Ações

Os investimentos em ações estão representados por cotas de fundo de ações, demonstradas pelo custo de aquisição e atualizadas pela variação incorrida até a data do balanço, calculado com base no valor da cota mensal informada por seus emitentes e agente custodiante.

4.4.1.3. Estruturados

Os investimentos estruturados estão representados por cotas em dois fundos multimercado, sendo registrado pelo valor de mercado, conforme demonstrativo emitido pelo agente custodiante.

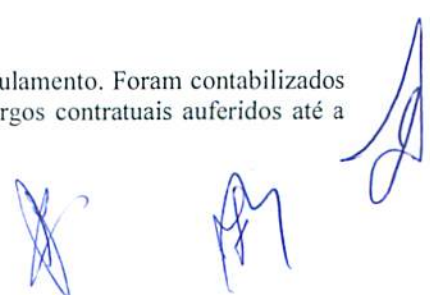
4.4.2. Investimentos Imobiliários

Constituídos por bens imóveis destinados a gerar receitas de aluguéis mediante celebração de contrato específico. São avaliados pelo custo de aquisição, e reavaliados a cada três anos, de acordo com a legislação vigente, por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado, sendo a última em junho/2014.

São registrados obedecendo aos critérios contábeis e legislação em vigor, e o custo é deduzido da depreciação à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente, fixado no último laudo de avaliação e/ou reavaliação.

4.4.3. Empréstimos

Registra os empréstimos concedidos a participantes, nos termos do Regulamento. Foram contabilizados pelo valor atualizado, cuja apuração se deu acrescentando ao principal os encargos contratuais auferidos até a data do balanço.



Em 31/12/2016, as taxas de juros praticadas eram, para contratos com prazo para amortização em até 12 meses, 1,64% ao mês, até 24 meses, 1,78% ao mês e até 36 meses 1,91% ao mês, sendo utilizado o Sistema Price.

A FAPECE disponibilizou para seus participantes a carteira de empréstimos pessoais, cujos números assim se apresentam:

Valores em R\$ Mil

EMPRÉSTIMOS	2016	2015
Contratos Ativos	45	46
Saldo Devedor	288	266

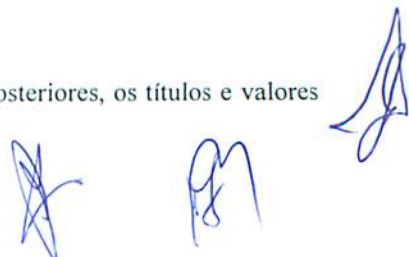
A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD é constituída mensalmente com base nos valores vencidos e vincendos, conforme orientação da Instrução SPC nº. 34, item 11 do Anexo A, de 24 de setembro de 2009.

4.4.4. Composição dos Investimentos

	Valores em R\$ Mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de Investimento	138.453	114.244
Renda Fixa	126.517	113.703
Fundo Sul América Fapece - FI RF	103.077	86.753
Fundo Itaú Active FIX MM FI	23.440	16.950
Ações	5.178	4.632
Fundo Bozano Gestão Fundamentalista FIA	758	533
Fundo Sul América Expertise FIA	2.551	2.671
Fundo Fator Sinergia V FIA	333	269
Fundo Bradesco FIA Dividendos	1.536	1.159
Estruturados	6.911	5.909
Fundo Itaú Hedge MM FI	4.539	2.626
Fundo Bozano Equity Hedge 30 FICFIM	-	3.283
Fundo Bozano Quant FIM	2.372	-
Investimento Imobiliário	1.833	1.848
Terrenos	150	150
Terrenos Urbanos	150	150
Aluguéis e Renda	1.683	1.697
Uso Próprio	1.683	1.697
Terreno	1.488	1.489
Edificação	195	209
Custo Corrigido	231	209
(-) Depreciação Acumulada		
Empréstimos	288	266
Empréstimos Simples	307	283
(-) Provisão p/ Créd. de Liquidação Duvidosa	(19)	(17)
Total dos Investimentos	140.727	116.357

4.4.4.1. Categoria de Títulos

Em atendimento à Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, conforme já mencionamos:



4.4.4.1.1. Títulos para negociação

Em Milhares R\$						
DESCRIÇÃO	2016			2015		
Natureza	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado
LTF-OVER				02/01/2016	9.571	9.576
LTF-OVER	01/07/2017	1.090	1.091			
Debêntures Simples-ECORODOVIAS	15/10/2019	361	466	15/10/2019	361	417
Debêntures Simples-ECORODOVIAS	15/10/2022	191	236	15/10/2022	191	208
Debêntures Simples-TAEE	15/10/2020	921	1.166	15/10/2020	921	1.036
Debêntures Simples-TAEE	15/10/2020	159	196	15/10/2020	159	175
Debêntures Simples-TAEE	15/10/2020	635	787	15/10/2020	635	699
Debêntures Simples SABESP	15/01/2020	315	400	15/01/2020	315	339
NTN-B	15/05/2017	2.925	2.975			
NTN-B	15/05/2017	132	131			
NTN-B	15/08/2018	246	302	15/08/2018	246	277
NTN-B	15/05/2019	740	837	15/05/2019	740	757
NTN-B	15/05/2019	661	747	15/05/2019	661	676
NTN-B	15/08/2020	248	303	15/08/2020	248	270
NTN-B	15/08/2020	64	100	15/08/2020	64	89
Quotas de FI Itaú Active FIX		23.287	23.287		16.950	16.950
Quotas de FIA Bozano G. Fundamentalista		758	758		533	532
Quotas de FIA Sul América Expertise		2.551	2.551		2.671	2.671
Quotas de FIA Fator Sinergia V		332	332		269	268
Quotas FIA Bradesco Dividendos		1.536	1.536		1.159	1.159
Quotas de Fundo MM Bozano Equity Hedge		4.539	4.539		3.293	3.283
Quotas de Fundo MM Itaú Hedge		2.372	2.372		2.626	2.625
Total dos títulos para negociação		44.063	45.112		41.613	42.007

4.4.4.1.2. Títulos mantidos até o vencimento

Em Milhares R\$						
DESCRIÇÃO	2016			2015		
Natureza	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado
NTN-B				15/08/2016	3.449	3.896
NTN-B	15/05/2017	3.255	3.874	15/05/2017	3.255	3.642
NTN-B	15/08/2018	2.697	3.322	15/08/2018	2.697	3.117
NTN-B	15/08/2018	2.076	2.116			
NTN-B	15/08/2018	635	648			
NTN-B	15/05/2019	3.731	4.462	15/05/2019	3.731	4.184
NTN-B	15/05/2019	2.671	2.724			
NTN-B	15/05/2019	302	299			
NTN-B	15/05/2019	60	60			
NTN-B	15/08/2020	1.090	1.307	15/08/2020	1.090	1.228
NTN-B	15/08/2020	1.902	2.280	15/08/2020	1.902	2.143
NIN-B	15/08/2020	2.085	2.125			
NTN-B	15/08/2020	1.122	1.144			
NTN-B	15/05/2021	740	733			
NTN-B	15/08/2022	474	575	15/08/2022	474	539
NTN-B	15/08/2022	692	705			
NTN-B	15/08/2022	1.756	2.201	15/08/2022	1.756	2.077
NTN-B	15/05/2023	4.914	5.888	15/05/2023	4.914	5.516
NTN-B	15/05/2023	1.254	1.241			
NTN-B	15/05/2023	1.231	1.255			
NTN-B	15/08/2024	4.225	5.543	15/08/2024	4.225	5.266
NTN-B	15/08/2024	1.820	1.854			
NTN-B	15/08/2024	2.379	2.424			
NTN-B	15/08/2026	3.438	3.503			
NTN-B	15/08/2030	4.636	6.189	15/08/2030	4.636	5.853
NTN-B	15/08/2030	13.000	17.357	15/08/2030	13.000	16.415
NTN-B	15/08/2030	1.932	2.348	15/08/2030	1.932	2.203
NTN-B	15/05/2035	5.202	6.823	15/05/2035	5.202	6.443
NTN-B	15/08/2040	744	1.007	15/08/2040	744	949
NTN-B	15/08/2040	3.207	3.898	15/08/2040	3.207	3.657
NTN-B	15/08/2040	1.669	2.009	15/08/2040	1.669	1.885
NTN-B	15/05/2045	388	515	15/05/2045	388	485
NTN-B	15/08/2050	298	406	15/08/2050	298	382
NTN-B	15/08/2050	2.068	2.513	15/08/2050	2.068	2.357
Total dos títulos mantidos até o vencimento		77.693	93.348		61.241	72.237

Pela característica do papel, o custo histórico das NTN-Bs, espelha o valor de compra, sem as movimentações de recebimento das amortizações.

A administração da Entidade declara e atesta capacidade financeira para o carregamento dos títulos valores mobiliários que compõem sua carteira na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, de acordo com o expresso no artigo 9º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002.

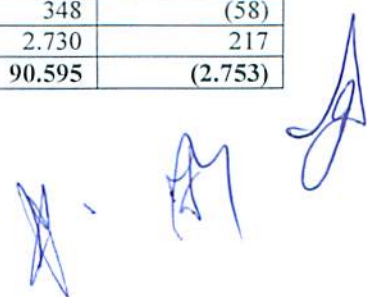
4.4.4.1.3. Títulos Objeto dos Ajustes de Precificação

O quadro abaixo refere-se ao controle do ajuste de precificação em conformidade com a Resolução CNPC nº 16, de 24/11/2014 e com a Instrução PREVIC nº 19, de 05/02/2015 e Portaria nº 29, de 16/01/2017.

Em R\$ mil

TIPO	TAXA DE AQUISIÇÃO % a.a.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
NTN-B	5,784835	15/05/2017	1.300	3.874	3.877	3
NTN-B	5,949051	15/08/2018	700	2.116	2.130	14
NTN-B	6,497085	15/08/2018	216	648	657	9
NTN-B	6,013273	15/08/2018	1.100	3.322	3.347	25
NTN-B	6,089226	15/05/2019	1.500	4.462	4.517	55
NTN-B	6,416872	15/05/2019	922	2.724	2.776	52
NTN-B	5,828689	15/05/2019	100	299	301	2
NTN-B	5,828211	15/05/2019	20	60	60	-
NTN-B	5,799001	15/08/2020	430	1.307	1.319	12
NTN-B	6,387411	15/08/2020	383	1.144	1.175	31
NTN-B	5,799001	15/08/2020	750	2.280	2.301	21
NTN-B	5,841046	15/08/2020	700	2.125	2.148	23
NTN-B	5,894711	15/05/2021	245	733	744	11
NTN-B	5,8790542	15/08/2022	232	705	717	12
NTN-B	5,970000	15/08/2022	190	575	588	13
NTN-B	5,130005	15/08/2022	700	2.201	2.164	(37)
NTN-B	6,337981	15/05/2023	428	1.255	1.309	54
NTN-B	6,250453	15/05/2023	2.000	5.888	6.115	227
NTN-B	5,791151	15/05/2023	412	1.241	1.260	19
NTN-B	3,953102	15/08/2024	1.626	5.543	5.061	(482)
NTN-B	6,198093	15/08/2024	620	1.854	1.930	76
NTN-B	5,749016	15/08/2024	790	2.424	2.459	35
NTN-B	5,726213	15/08/2026	1.137	3.503	3.559	56
NTN-B	6,060003	15/08/2030	780	2.348	2.467	119
NTN-B	4,229051	15/08/2030	1.743	6.189	5.513	(676)
NTN-B	4,229051	15/08/2030	4.888	17.357	15.461	(1.896)
NTN-B	4,214602	15/05/2035	1.875	6.823	5.905	(918)
NTN-B	6,079006	15/08/2040	670	2.009	2.156	147
NTN-B	6,080002	15/08/2040	1.300	3.898	4.182	284
NTN-B	4,429266	15/08/2040	273	1.007	878	(129)
NTN-B	4,400603	15/05/2045	138	515	441	(74)
NTN-B	4,469364	15/08/2050	107	406	348	(58)
NTN-B	6,090002	15/08/2050	840	2.513	2.730	217
TOTAL				93.348	90.595	(2.753)

4.5. Permanente - Imobilizado



Foi registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, atualizada monetariamente até o exercício de 1995, de acordo com o Ofício Circular nº 07/SPC/GAB, de 08/07/1996. A depreciação foi calculada pelo método linear, mediante aplicação das taxas conforme quadro abaixo:

Imobilizado	Taxa Depreciação
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e Periféricos	20%
Diferido - Software	20%

		Valores em R\$ Mil					
		2016			2015		
	Taxa Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Imobilizado							
Móveis e Utensílios	10%	20	17	3	20	16	4
Máquinas e Equipamentos	10%	24	16	8	22	15	7
Computadores e Periféricos	20%	29	23	6	27	21	6
		73	56	17	69	52	17
Diferido – Software	20%	7	7	0	7	7	0
		80	63	17	76	59	17

5. PASSIVO

5.1. Exigível Operacional

5.1.1. Previdencial

Valores em R\$ Mil		
	2016	2015
Benefícios a Pagar	600	564
Benefícios de Prestação Continuada	10	10
Reservas de Poupança	590	554
Pecúlios	-	-
Retenções a Recolher	2	3
TOTAL	602	567

Benefícios de Prestação Continuada– Valores apurados e revisão de benefícios provisionados em Dezembro de 2016, para liquidação na competência de 2017.

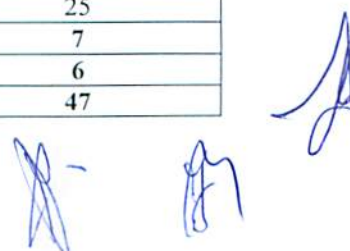
Reservas de Poupança - Valores provisionados para pagamento de reservas de poupança a participantes que se desligaram do Plano de Benefício e continuam vinculados à Patrocinadora, no momento das extinções dos seus contratos de trabalho.

Retenções a Recolher – Valores referentes a retenções de tributos.

5.1.2. Administrativo

O valor de R\$ 53 mil refere-se a provisão de férias dos empregados com seus respectivos encargos, bem como retenções a fiscais a recolher de pagamentos a serem efetuados no próximo exercício.

Valores em R\$ Mil		
	2016	2015
Contas a Pagar	34	34
Despesas com Pessoal	10	9
Obrigações Sociais a Recolher	24	25
Retenções a Recolher	8	7
Tributos a Recolher	11	6
TOTAL	53	47



5.1.3. Investimentos

Valores a pagar de IOF e prestações antecipadas e obrigações com custódia, totalizando R\$ 8 mil.

	Valores em R\$ Mil	
	2016	2015
Empréstimos e Financiamentos	1	1
Relacionados com o Disponível	7	5
Outras Exigibilidades	-	43
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	43
TOTAL	8	49

5.2. Exigível Contingencial

Registram-se no Exigível Contingencial ocorrências vinculadas às decisões futuras que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade. O saldo de contingência do investimento, no valor de R\$ 75 mil, refere-se a provisão de ações judiciais contra ocupantes do imóvel situado na rua Salustio de Pinho, 200, de propriedade da FAPECE.

Ressalta-se sobre a existência de contingências no montante de R\$ 75 (mil) cuja obrigação será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos incertos não totalmente sob o controle da fundação, ou seja, prognóstico possível.

5.3. Patrimônio Social

5.3.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

5.3.2. Provisões Matemáticas

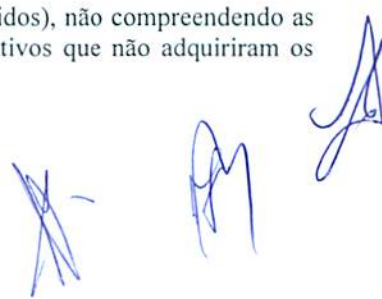
As Provisões Matemáticas, apuradas atuarialmente pelo Atuário Vicente Aderson Paz Sales registrado no MIBA sob Nº 1155, sócio da Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, representam os compromissos do Plano BD no encerramento do período relacionado aos benefícios concedidos e a conceder, constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC, com as premissas atuariais vigentes em 31 de dezembro de 2016 e estão representadas por:

Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros a serem pagos pela Fundação em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

Benefícios a conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), não compreendendo as contribuições futuras dos Participantes e da Patrocinadora para os Participantes ativos que não adquiriram os direitos de aposentadoria e pensão.



A seguir, demonstramos a composição do exigível atuarial em 31 de dezembro 2015 e de 2014:

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD		
	R\$ Mil	
DESCRIÇÃO	2016	2015
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	186.784	166.800
1. Provisões Matemáticas	157.006	153.533
1.1. Benefícios Concedidos	38.720	37.248
Benefício Definido	38.720	37.248
1.2. Benefício a Conceder	118.286	116.285
Benefício Definido	118.286	116.285
2. Equilíbrio Técnico	29.063	12.532
2.1. Resultados Realizados	29.063	12.532
Superávit técnico acumulado	29.063	12.532
Reserva de contingência	29.063	12.532
3. Fundos	30	44
3.1. Fundos Previdenciais	0	0
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	30	44
4. Exigível Operacional	616	616
4.1. Gestão Previdencial	602	567
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	8	49
5. Exigível Contingencial	75	75
5.1. Gestão Previdencial	0	0
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	75	75

6.FUNDOS

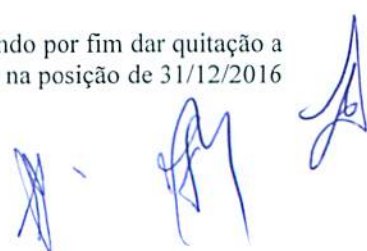
	Valores em R\$ Mil	
FUNDOS	2016	2015
Fundos Administrativos	122	18
Fundos dos Investimentos	30	44
TOTAL	152	62

6.1.Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa, o saldo em 31/12/2016 é de R\$ 122 mil.

6.2.Fundo de Investimento

O Fundo de Investimento é constituído por taxa cobrada sobre empréstimo, tendo por fim dar quitação a eventuais saldos devedores não pagos em decorrência de morte dos tomadores, o saldo na posição de 31/12/2016 é de R\$ 30 mil.



7. DETALHAMENTO DOS AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em observação ao o item 30, letra I, anexo A, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, demonstramos o quadro abaixo:

Valores em R\$ Mil

AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
DESCRIÇÃO	2016	2015
ATIVO	122	61
REALIZÁVEL	122	61
GESTÃO ADMINISTRATIVA	122	61
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS PLANOS	0	43
PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	122	18
PASSIVO	122	61
INVESTIMENTOS	0	43
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	0	43
PATRIMÔNIO SOCIAL	122	18
PARTICIPAÇÃO NO FUNDO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PGA	122	18

8. APURAÇÃO DO RESULTADO

O superávit apurado em 2016 é atribuído á boa rentabilidade dos investimentos, batendo a meta atuarial e o aumento não significativo nas provisões matemáticas.

• Regime adotado

O regime financeiro adotado na avaliação atuarial é o de Capitalização. O método específico utilizado pelo Plano de Benefícios Definido – BD da FAPECE se caracteriza pelos seguintes atributos:

- Cálculo agregado;
- tendência de contribuições niveladas;
- reconhecimento e distribuição, entre os participantes e beneficiários, de todos ganhos e perdas atuariais, refletidos no custo normal;
- custo de fundação dos benefícios decrescentes no tempo.

• Principais premissas utilizadas na avaliação atuariais são:

Foram utilizadas as seguintes hipóteses na avaliação atuarial:

Taxa real anual de juros	5,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	0% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	-
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-2000



Conforme informações já encaminhadas para Previc, existe uma tendência de queda da taxa de juros de longo prazo no Brasil. Por este motivo iniciamos estudos atuariais considerando a redução dessa premissa para se verificar: a) o impacto sobre os benefícios do plano mantendo-se as atuais contribuições; b) o novo nível de contribuições laborais e patronais, no caso de se desejar manter inalterada a atual meta de benefícios.

• Custeio Administrativo

O custeio administrativo engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando-se, para sua cobertura, a receita prevista no plano de custeio anual calculada pelo atuário, que é apropriada mensalmente.

Conforme determinação do órgão fiscalizador, as despesas administrativas são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, tendo como base o critério de rateio definido pelo Conselho Deliberativo da entidade, por ocasião a aprovação do orçamento anual.

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

Os valores apropriados às atividades administrativas foram registrados conforme tabela a seguir:

Descrição das despesas	Despesas Administrativas previdenciais	Despesas administrativas de investimento
Pessoal e encargos	50%	50%
Treinamentos/congressos e seminários	50%	50%
Viagens e estadias	50%	50%
Serviços de terceiros	50%	50%
Despesas gerais	50%	50%
Depreciações e amortizações	50%	50%

Porém informamos que o serviço prestado pelo Atuário é alocado totalmente no grupo de despesas da Gestão Previdencial.

9. SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

9.1. Imposto de Renda – IR

Em 29.12.2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01.01.2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicos e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando do resgate de sua reserva de poupança ou quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente.

9.2. Contribuição para o Programa de Integração Social – COFINS e Programa de Integração Social – PIS

De acordo com a MP-SRF nº 66 de 29/08/2002, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar são tributas na alíquota de 4% referente ao COFINS e 0,65% referente ao PIS.

9.3. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

De acordo com a Lei nº 10.426/2002 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar são isentas do recolhimento da CSLL.

Fortaleza, 31 de dezembro de 2016.



Tiago Parente Lessa
Presidente
CPF: 589.856.543-49



Francisco de Assis Sousa
Diretor de Seguridade
CPF: 097.806.373-20



Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador CRC-CE nº 6298
CPF: 032.759.223-00